

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Declarante 01

Nome: _____ RG: _____ CPF: _____,
e

Declarante 02

Nome: _____ RG: _____ CPF: _____.

Ambos declarantes residentes no endereço _____
na cidade de _____ UF _____, CEP _____.

DECLARAM, nos termos do **art. 1.723 do Código Civil** que convivem em **UNIÃO ESTÁVEL**, de forma pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituir família, desde ____/____/____, **DECLARAM** ainda serem verdadeiras as informações prestadas, conforme disposto na **Lei nº 7.115/83**, bem como estão cientes de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 26 da Lei complementar nº 187/2021** e no **art. 68 do Decreto nº 11.791/2023** sem prejuízo da sanção aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal***, além do imediato cancelamento do benefício.

1º Declarante

Assinatura com autenticação obrigatória (cartório ou gov.com)

2º Declarante

Assinatura com autenticação obrigatória (cartório ou gov.com)

_____, _____ de _____ de 202 ____.

(*) **LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983** Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(*) **Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa.